



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO DE ABREU

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 - EDITAL Nº 001/2023

CARGO:

PROCURADOR JURÍDICO

(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 05; Raciocínio Lógico: 06 a 10;

Conhecimentos Específicos: 11 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, tanto para ir embora quanto para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a, b, c, d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-respostas.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal de sala.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização da prova.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para o lacre do envelope de cartões-respostas.

Identificação do candidato

Nome	Nº do Documento

GABARITO

Preencha suas respostas no quadro abaixo e destaque na linha pontilhada.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Divulgação do Gabarito Preliminar 1 dia útil após a aplicação da prova.

QUESTÕES DE 01 A 05 – LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Entre as décadas de 1920 e 30, artistas, intelectuais e literatos se uniram para criar uma identidade regional que incentivasse o sentimento de pertencimento, o que era ser um paranaense e quais eram os elementos do estado. Com um olhar voltado mais para a natureza surgiram os símbolos paranistas, que permanecem em nosso imaginário e cotidiano: a araucária e o pinhão, principalmente, mas a gralha-azul e a erva-mate também são alguns exemplos. Essa criação de tradições regionais e até representações políticas não foi algo exclusivo do Paraná. Após o surgimento da República, em 1889, existia todo um movimento no país em busca de uma linguagem que definisse o que era ser brasileiro. Aqui, no Paraná, o que ajudou a favorecer foi o ciclo econômico provocado pela erva-mate, um terreno fértil para modernização de Curitiba e um cenário para uma efervescência cultural. O termo “Paranismo” surgiu em 1927, em um manifesto publicado pelo político, historiador e jornalista Romário Martins, um dos líderes do Paranismo, pelo qual procurou definir o que era o movimento paranista. No entanto, o termo “paranista” foi criado bem antes, em 1906, pelo poeta Domingos Nascimento, que em uma viagem ao norte do estado teria chamado os paulistas que viviam lá de “paranistas”, já que não eram paranaenses. A denominação acabou sendo adquirida pelo movimento já que conseguia traduzir essa sensação de pertencimento a todos que viviam no estado, mas não tinha nascido aqui – ainda mais em uma época de intensa imigração, principalmente de europeus.

(Texto adaptado. Camile Triska. Curitiba de graça. 22/01/2021. Disponível em: <https://curitibadegraca.com.br/curitiba-e-arte-o-que-foi-o-movimento-paranista/>)

01. De acordo com as informações do texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O termo “paranista” não faz distinção entre os que nasceram no Paraná e aqueles que migraram para o estado.
- b) O termo “paranista” era empregado como referência às pessoas que moravam no norte do estado.
- c) O movimento de busca de identidade nacional teve início no Paraná.
- d) Somente intelectuais da época poderiam fazer parte do Paranismo.

02. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I – Os elementos que simbolizam o Paraná são apenas o pinhão, a araucária, a gralha-azul e a erva-mate.

II – A modernização e o crescimento econômico contribuíram para o desenvolvimento cultural.

III – O termo “paranista” foi divulgado pela primeira vez no manifesto do movimento Paranismo.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.

03. “Com um olhar voltado mais para a natureza surgiram os símbolos paranistas, QUE permanecem em nosso imaginário e cotidiano.”

Qual é a função do termo destacado no período acima?

- a) Apenas conectar as duas orações, não tem um significado específico.
- b) Retomar a palavra “os símbolos” e pode ser substituído por “os quais”.
- c) Retomar a palavra “natureza” e pode ser substituído por “a qual”.
- d) Retomar a palavra “paranistas” e pode ser substituído por “as quais”.

04. Os afixos são acrescentados a algumas palavras para indicar seu sentido. Assinale a alternativa em que o sufixo atribui o mesmo sentido do aplicado na palavra “Paranismo”.

- a) Daltonismo.
- b) Extrativismo.
- c) Modernismo.
- d) Neologismo.

05. Assinale a alternativa cujas palavras completam as lacunas sem prejudicar as regras de crase.

Perante ____ mudanças da época, um grupo de intelectuais apresentou ____ sociedade paranaense uma proposta sobre ____ criação de uma identidade regional.

- a) as – à – a.
- b) às – a – à.
- c) às – à – à.
- d) as – a – a.

QUESTÕES DE 06 A 10 – RACIOCÍNIO LÓGICO

06. Sejam p e q proposições, tais que p : “meu carro é preto” e q : “tenho carteira de habilitação”. Assinale a alternativa que apresenta, CORRETAMENTE, a expressão equivalente a $p \wedge \neg q$.

- a) Meu carro é preto ou tenho carteira de habilitação.
- b) Meu carro não é preto e tenho carteira de habilitação.
- c) Meu carro é preto e não tenho carteira de habilitação.
- d) Meu carro é preto ou não tenho carteira de habilitação.

07. Assinale a alternativa CORRETA em relação à proposição $(\neg p \vee \neg q) \leftrightarrow (q \wedge p)$.

- a) A proposição é uma tautologia.
- b) A proposição é uma contradição.
- c) A proposição é uma contingência.
- d) A proposição é simples.

08. Sabendo que $\text{sen}(\alpha) = \frac{5}{13}$, qual é o valor de $\text{cos}(\alpha)$?

- a) $\frac{12}{13}$
- b) $\frac{8}{13}$
- c) $\frac{5}{13}$
- d) $\frac{1}{13}$

09. Sabe-se que “Marília é idosa e gosta de frutas secas”. Assinale a alternativa que apresenta a negação dessa proposição.

- a) Marília não é idosa e não gosta de frutas secas.
- b) Marília não é idosa ou não gosta de frutas secas.
- c) Marília não é idosa e gosta de frutas secas.
- d) Marília não é idosa ou gosta de frutas secas.

10. Se $A = \{2, 4, 6, 8, 10\}$, assinale a alternativa que contém uma proposição verdadeira.

- a) $\forall x \in A, x > 2$.
- b) $\exists x \in A, x < 2$.
- c) $\exists x \in A, x > 2$.
- d) $\forall x \in A, x < 2$.

QUESTÕES DE 11 A 30 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Considerando as disposições constitucionais a respeito da assistência social, assinale a alternativa que faz uma afirmação CORRETA.

- a) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, em razão de contribuição à seguridade social, por meio da comprovação da condição de segurado no momento da solicitação do benefício.
- b) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.
- c) Um dos objetivos da assistência social é a eliminação da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.
- d) Um dos objetivos da assistência social é a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.

12. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um órgão do Poder Judiciário cuja função é, primordialmente, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Sobre o CNJ, com base no texto constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, não sendo admitida recondução.
- b) Compete ao STF o julgamento do mandado de segurança contra ato do CNJ, mas cabe ao juízo federal de primeiro grau o julgamento de ações ordinárias que visem impugnar atos do CNJ.

- c) Decisões administrativas do CNJ tomadas no exercício de suas competências constitucionais, ainda que impugnadas perante juiz federal de primeiro grau, devem ser cumpridas.
- d) O CNJ será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

13. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Câmara dos Deputados, com o respectivo número de ordem.
- b) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, excluídas as vantagens pessoais, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.
- c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- d) Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 11 (onze) vereadores nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.

14. No que diz respeito ao tratamento constitucional dos servidores públicos, com base no texto da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- b) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, dos servidores públicos, exceto dos aposentados pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- c) É lícita a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- d) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

15. Assinale a alternativa CORRETA conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) É ilícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- b) Os sucessores não possuem legitimidade para ajuizar ação de reparação de danos morais em decorrência de perseguição, tortura e prisão sofridas durante a época do regime militar.
- c) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral, desde que demonstrada ofensa à sua honra objetiva.
- d) Como a violação moral diz respeito apenas aos direitos subjetivos do falecido, o espólio e os herdeiros não têm legitimidade ativa ad causam para pleitear a reparação dos danos morais suportados pelo de cujus.

16. Pautando-se exclusivamente no Código Civil de 2002, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- b) Prescreve em 2 (dois) anos a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- c) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- d) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que expressamente houver por eles se responsabilizado.

17. De acordo com o Código de Processo Civil em vigor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa CORRETA.

- a) O reconhecimento da prescrição intercorrente e a consequente extinção do processo não obstam, isoladamente, a condenação da parte que deu causa à ação ao pagamento de honorários sucumbenciais, em razão do princípio da causalidade.
- b) O juiz não é obrigado a demonstrar a existência de distinção ou superação com relação às súmulas e aos precedentes invocados pela parte, exceto quando vinculantes.
- c) Como regra, a apelação não terá efeito suspensivo.
- d) A prova nova, apta a ensejar a propositura de ação rescisória, não pode ser preexistente à coisa julgada.

18. A respeito do processo e do julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Será proposta perante o Superior Tribunal de Justiça, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.
- b) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- c) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, podendo, no entanto, ser objeto de ação rescisória.
- d) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

19. Acerca do Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de situação da coisa.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- c) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o pagamento de custas.
- d) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade e o interesse do autor não pode se limitar à declaração da falsidade de documento.

20. No que diz respeito ao direito probatório, no âmbito do processo civil, é CORRETO afirmar que:

- a) adota-se o princípio da tipicidade das provas.
- b) a parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- c) admite-se a distribuição convencional do ônus da prova antes ou durante o processo.
- d) a produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

21. Na execução fiscal, segundo a Lei nº 6.830/1980, o executado oferecerá embargos:

- a) no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação da penhora e deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até duas, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.
- b) no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do depósito e deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.
- c) no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora e deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.
- d) no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da intimação do depósito e deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até duas, ou, a critério do juiz, até o triplo desse limite.

22. De acordo com a doutrina, o tributo com o objetivo precípua de inibir ou induzir determinadas condutas por parte dos contribuintes classifica-se, quanto à finalidade, como:

- a) fiscal.
- b) parafiscal.
- c) extrafiscal.
- d) arrecadatório.

23. A respeito das limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, na hipótese de majoração indireta de tributo, por meio de redução ou supressão de benefícios fiscais, deve ser respeitada a anterioridade nonagesimal, mas não a anual.
- b) A norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.
- c) A imunidade tributária dos livros não se estende aos aparelhos eletrônicos leitores de livros quando possuírem funções adicionais, por exemplo, o acesso à rede mundial de computadores.
- d) O empréstimo compulsório, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, deve respeitar a anterioridade de exercício.

24. Assinale a alternativa a seguir que contém o que é CORRETO afirmar sobre a Administração Tributária.

- a) A omissão da data em que foi inscrita a dívida no termo de inscrição não é causa suficiente para a declaração de nulidade.
- b) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, admitida a modificação do sujeito passivo da execução.
- c) A dívida regularmente inscrita goza da presunção iuris et de iure de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- d) A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

25. O direito de propriedade, assegurado pela Constituição Federal, possui status de cláusula pétrea, já que integra o rol de direitos e garantias individuais. O próprio texto constitucional, entretanto, estabelece que a propriedade deverá respeitar a função social e indica hipóteses de intervenção – até mesmo supressiva – do Estado na propriedade particular. Sobre o tema, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Incide imposto de renda sobre a compensação por servidão administrativa, especialmente na limitação decorrente da instalação de linhas de alta-tensão na propriedade privada.
- b) A requisição administrativa prevista na Lei nº 8.080/90 (Sistema Único de Saúde) para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de irrupção de epidemias, por exemplo, pode recair em bens e serviços de outros entes federativos.
- c) A propriedade rural insuscetível de sofrer desapropriação para fins de reforma agrária deve, concomitantemente, ostentar caráter produtivo e cumprir com a função social, nos termos da legislação de regência.
- d) Na desapropriação confiscatória relativa a propriedades em que forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, a comprovação pelo proprietário de que não incorreu em culpa (in vigilando ou in eligendo) não pode afastar o confisco.

26. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa (LIA).

- a) As sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de 20 (vinte) anos.
- b) A fim de preservar o direito fundamental de moradia, a LIA prevê que é vedada, em todas as hipóteses, a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu.
- c) A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
- d) A ação para a aplicação das sanções previstas na LIA prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

27. A Lei nº 14.133/2021, denominada Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe importantes inovações ao ordenamento jurídico. Sobre o assunto, especialmente no que diz respeito às questões de direito intertemporal, assinale, com base no texto legal, a alternativa CORRETA.

- a) A lei mencionada no enunciado entrou em vigor na data da sua publicação.
- b) A revogação das normas penais incriminadoras previstas na Lei nº 8.666/93, Seção III, Capítulo IV, não se deu imediatamente com a publicação da Lei nº 14.133/2021.
- c) Em 30 de dezembro de 2024 será revogada a Lei nº 8.666/93.
- d) Durante o interregno compreendido entre a publicação da nova lei e a revogação da Lei nº 8.666/93, a Administração Pública poderá aplicar para suas licitações e contratos qualquer dos dois regimes, admitindo-se a aplicação combinada.

28. Como é chamado o ato administrativo cuja finalidade precípua é certificar ou atestar um fato ou emitir uma opinião sobre determinado assunto?

- a) Normativo.
- b) Ordinatório.
- c) Enunciativo.
- d) Negocial.

29. A terceirização consiste na contratação de trabalhadores por meio de uma interposta pessoa. O serviço é prestado em uma relação triangular entre o trabalhador, a empresa terceirizante e a tomadora dos serviços. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No Brasil, inexistente a possibilidade de “quarteirização”, hipótese em que a prestadora de serviços subcontrata outras empresas.
- b) Contratante e contratada poderão estabelecer, se assim entenderem, que os empregados da contratada farão jus a salário equivalente ao pago aos empregados da contratante, não havendo, sem o acordo, um direito à equiparação salarial.
- c) Nos contratos que impliquem mobilização de empregados da contratada em número igual ou superior a 10% (dez por cento) dos empregados da contratante, esta poderá disponibilizar aos empregados da contratada os serviços de alimentação e atendimento ambulatorial em outros locais apropriados e com igual padrão de atendimento, com vistas a manter o pleno funcionamento dos serviços existentes.
- d) É permitida a utilização dos trabalhadores pela contratante em atividades distintas daquelas que foram objeto do contrato com a empresa prestadora de serviços, desde que relacionadas com a atividade fim da tomadora de serviços.

30. Assinale a alternativa que está de acordo exclusivamente com a Consolidação das Leis do Trabalho.

- a) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
 - b) O empregado que contar mais de 5 (cinco) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.
 - c) A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual.
 - d) As ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social não estão sujeitas a prazo prescricional.
-